



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 163
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0203990-5

COMARCA : Serra Talhada – Vara Criminal
IMPETRANTE : Vinicius Nunes Novaes
PACIENTE : Marcos Antônio de Melo
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. PROCESSO CONCLUSO PARA SENTENÇA. SÚMULA 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA.

I – Encerrada a instrução penal, estando os autos conclusos para sentença, fica superada a alegação de coação ilegal decorrente de excesso de prazo. Súmula 52 do STJ.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

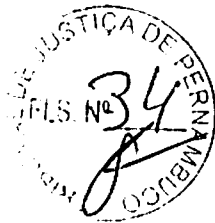
Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0203990-5**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora / Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



164

HABEAS CORPUS Nº: 0203990-5

COMARCA : Serra Talhada – Vara Criminal
IMPETRANTE : Vinicius Nunes Novaes
PACIENTE : Marcos Antônio de Melo
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O Bel. **Vinicius Nunes Novaes** impetrou ordem de Habeas Corpus liberatório, com pretensão liminar, em favor de **MARCOS ANTÔNIO DE MELO**, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do excesso de prazo verificado para o término da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº 238.2007.001349-0 a que responde perante o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, neste Estado, pela prática do crime de homicídio, na forma tentada, ao argumento de que o acusado se encontra preso em flagrante delito desde o dia 29/08/2007, sem que, até a data da presente impetração, tenha definição de sua situação jurídica.

A inicial veio acompanhada do documento de fls. 06/07.

Em decisão interlocutória de fls. 14/15, indeferi o pleito liminar, solicitando informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 20/21, acompanhadas dos documentos de fls. 22/25.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 28/29).

Está feito o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

165

HABEAS CORPUS Nº: 0203990-5

COMARCA : Serra Talhada – Vara Criminal
IMPETRANTE : Vinicius Nunes Novaes
PACIENTE : Marcos Antônio de Melo
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de *Habeas Corpus* em que o impetrante alega constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para a conclusão do sumário de culpa concernente à ação penal nº 238.2007.001349-0 a que responde o paciente perante o Juízo Criminal da Comarca de Serra Talhada, por infração ao art. 121, § 2º, incisos II e IV¹, c/c o art. 29², ambos do Código Penal.

Cuido inexistir a coação alardeada na impetração, como bem destacou a douta Procuradoria de Justiça em seu judicioso parecer (fls. 28/29).

É que o processo originário foi concluso para sentença de pronúncia em 13 de janeiro do corrente ano, conforme informação do Sistema de Acompanhamento Processual deste Sodalício, corroborado pela autoridade coatora nas informações de fls. 20/21, sendo iterativa a jurisprudência nesse sentido, verbis:

***“HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PRISÃO PREVENTIVA.
EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. AUTOS***

¹ Art 121. Matar alguém: (...)

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido: (...)

II - por motivo fútil; (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

² **Regras comuns às penas privativas de liberdade**

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

166

CONCLUSOS PARA SENTENÇA. SÚMULA N. 52/STJ.
CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO.

1. *Encerrada a instrução criminal, encontrando-se os autos conclusos para a prolação de sentença, não cabe mais falar em constrangimento por excesso de prazo, a teor do enunciado sumular n. 52 deste Superior Tribunal de Justiça.*

2. *Ordem denegada.*

(HC 107.718/SP, Relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 05/02/2009 e publicado no DJ de 09/03/2009).

Nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça sumulou entendimento, a saber:

"Súmula 52 - ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO."

Essa, sem dúvida, é a hipótese dos autos.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, denego a ordem.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora